



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Relatório de Desempenho de Metas 2023

Plano de Logística Sustentável - PLS



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Presidente

Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES

Vice-Presidente e Corregedor Regional

Desembargador Federal VALLISNEY OLIVEIRA

Secretário-Geral da Presidência

Juiz Federal IVANIR CÉSAR IRENO JÚNIOR

Diretor-Geral

EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO

Comissão Gestora do PLS – TRF6 - instituída pela Portaria Presi 35/2024

PRESIDENTE

Juiz Federal Marcelo Aguiar Machado

MEMBROS

Diretor(a) da Subsecretaria de Governança e Relacionamento - SUGOR (titular do cargo ou seu substituto automático);

Diretor(a) da Subsecretaria de Assistência à Saúde - SUASA (titular do cargo ou seu substituto automático);

Diretor(a) da Subsecretaria de Segurança, Inteligência e Transportes - SUSIT/SECAM (titular do cargo ou seu substituto automático);

Diretor(a) da Subsecretaria de Licitações e Contratos - SULIC/SECOF (titular do cargo ou seu substituto automático);

Diretor(a) da Subsecretaria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores - SUDAS/SECGP (titular do cargo ou seu substituto automático);

Assessor(a)-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Ciência de Dados - ASGES (titular do cargo ou seu substituto automático);

Assessor(a)-Chefe da Assessoria de Comunicação - ASCOM (titular do cargo ou seu substituto automático);

Supervisor(a) da Seção de Administração Predial - SEADI/SUMES (titular do cargo ou seu substituto automático);

Servidor da Unidade de Sustentabilidade responsável pela Gestão Socioambiental (titular do cargo ou seu substituto automático);

Diretor (a) da Divisão de Engenharia e Arquitetura - DIEAR/SECAM (titular do cargo ou seu substituto automático);

Servidor(a) da Secretaria de Administração e Serviços - SECAM (titular do cargo ou seu substituto automático);

Sumário

INTRODUÇÃO	5
PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2023	6
TEMA 1 – PAPEL.....	22
TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS	25
TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	26
TEMA 4 – IMPRESSÃO.....	27
TEMA 5 – ENERGIA ELÉTRICA.....	30
TEMA 6 – ÁGUA E ESGOTO	32
TEMA 7 – GESTÃO DE RESÍDUOS	34
TEMA 8 – REFORMAS E CONSTRUÇÕES	36
TEMA 9 – LIMPEZA	37
TEMA 10 – VIGILÂNCIA.....	39
TEMA 11 – TELEFONIA	40
TEMA 12 – VEÍCULOS.....	42
TEMA 13 – COMBUSTÍVEL.....	43
TEMA 14- APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO- SERVIÇOS GRÁFICOS	46
TEMA 15 - AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	46
TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA	47
TEMA 17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta informações sobre as metas estabelecidas pelo Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 6ª Região 2023-2026, assim como informações sobre o desempenho dos indicadores exigidos pela Resolução 400, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Deve-se considerar durante a leitura, que os dados apurados referem-se a estrutura administrativa compartilhada, pelo TRF6 e Seção Judiciária de Minas Gerais, ou seja, os dados abarcam tanto o Primeiro como o Segundo Grau. O TRF6 foi criado de forma que parte da estrutura administrativa fosse compartilhada com a Seção Judiciária de Minas Gerais, dessa forma, os contratos de telefonia, vigilância, limpeza, e outros, atendem às duas instâncias.

Cumprе esclarecer que os dados mensais da Seção Judiciária de Minas Gerais a partir da instalação do TRF6 foram lançados como "zero" no sistema PLS-Jud, tendo em vista que os dados passaram a ser incluídos no Sistema PLS-Jud Mensal do TRF6.

Neste relatório serão apresentados os dados consolidados de 1º e 2º grau do ano de 2023.

Boa leitura!

RESULTADO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Indicadores	Metas	Resultado
Papel	Manter o consumo do ano de 2021 até 2026.	● Meta Alcançada
Copos Descartáveis	Reduzir em 15% o consumo anual em relação ao ano anterior até 2026.	● Meta Alcançada
Água Envasada	Manter o consumo do ano de 2020 até 2026.	● Meta Alcançada
Impressões	Reduzir em 50% o número de equipamentos de impressão até o primeiro semestre de 2025 (referência 2021)	Meta Não alcançada
Telefonia	Manter o gasto com telefonia fixa, desconsiderando repactuação (ano referência 2022)	● Meta Alcançada
Água e Esgoto	Não ultrapassar o consumo anual de 32.875 m3 (em 2019) até 2026.	● Meta Alcançada
Gestão de Resíduos	Reduzir em 1% a geração de resíduos ao ano até 2026 (ano referência 2022)	● Meta Alcançada
Energia Elétrica	Não ultrapassar, anualmente, a média de consumo de 2019 e 2020 (5.000.000 KW) até 2026	● Meta Alcançada
Vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 2026, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).	● Meta Alcançada
Limpeza	Manter os gastos com contrato de limpeza até 2026, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).	● Meta Alcançada
Reformas	Inserir critérios de sustentabilidade em 100% dos novos contratos de reformas e adequações de leiaute.	● Meta Alcançada
Combustível	Aumentar a relação de consumo em litros de etano/gasolina no mínimo em 30 p.p por ano até 2025	Meta Não alcançada
Veículos	Não ultrapassar quantitativo da frota de veículos (ano referência 2022)	Meta Não Alcançada
Qualidade de Vida no Trabalho	Aumentar o percentual de participantes por ações de QVT em 5% ao ano em relação ao ano anterior (ano referência 2019)	● Meta Alcançada
Capacitação e Sensibilização em sustentabilidade	Aumentar o número de ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade em 10% ao ano até 2026 (ano referência 2021)	Meta Não Alcançada
Aquisições e contratações	Aumentar o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade de contratos para 50% até 2026	● Meta Alcançada

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2023

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região e as Subseções Judiciárias realizaram diversas ações com a temática socioambiental no ano de 2023. Através da continuidade de ações já desenvolvidas no ano anterior e de novas iniciativas, reafirmou-se o compromisso em aprimorar cada vez mais os princípios e responsabilidades de cunho social, ambiental e econômico, fomentando assim os pilares do desenvolvimento sustentável na instituição.

Dentre as principais iniciativas podemos citar:

1- Contratações Sustentáveis do TRF6 e Subseções Judiciárias

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ✓ ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura
- ✓ ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

As compras e contratações do TRF6 e Subseções Judiciárias estão em constante aperfeiçoamento por meio da adoção de critérios técnicos de sustentabilidade e consequente substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menor impacto ambiental. A contratação pública sustentável deverá considerar, no mínimo, ao lado dos aspectos sociais e da promoção do comércio justo no mercado global, os seguintes aspectos:

- questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- redução do consumo;
- análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis, até que esta nova realidade passe a representar regra geral e não exceção no mercado brasileiro;

- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).

Em 2023, **87,72%** das contratações realizadas tiveram critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência. Dentre elas, estão contratações diretas com objeto específico para fins sustentáveis, e ainda, as contratações com adoção de critérios sustentáveis, em consonância ao Guia Nacional de Compras Sustentáveis.

Abaixo listamos alguns serviços/contratações realizados em 2023 que possuem finalidade direta no quesito sustentabilidade do órgão:

- **Continuidade da prestação dos serviços de recolhimento de resíduos recicláveis do TRF6 através de cooperativa**

A missão institucional é continuar despertando a consciência ambiental e a mudança de atitude do corpo funcional, guiando as pessoas a mudar seus modos de vidas e práticas de forma a incentivar os ciclos naturais sustentáveis, onde todos os materiais são projetados para permitir sua recuperação e uso pós-consumo.

No ano de 2023, os resíduos recicláveis do Tribunal e Subseção de Belo Horizonte, foram segregados na origem e coletados por cooperativa de catadores. A cooperativa realizou a coleta mensalmente nos três prédios do Tribunal. Já no interior, algumas subseções também têm parcerias com cooperativas, a exemplo da COOPERCILA em Ituiutaba.

- **Prorrogação/continuidade da prestação de Serviços de coleta e tratamento de resíduos de serviços de Saúde.**

O gerenciamento dos resíduos de saúde tem por objetivo minimizar a sua geração e proporcionar um destino seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos profissionais que realizam o seu manejo, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. Por serem materiais delicados para o descarte, visto que grande parte deles oferece

risco elevado para a saúde humana e para o meio ambiente, é tão importante gerenciar corretamente este tipo de resíduo. Cumpre ressaltar que é fundamental estar em conformidade ambiental com as regulamentações propostas pelas esferas municipais, estaduais e federais.

- **Modernização tecnológica dos elevadores**

No ano de 2023 deu-se continuidade aos serviços de modernização dos elevadores do TRF6. Os serviços contratados utilizaram-se de recursos tecnológicos atuais, a fim de modernizar os elevadores em todos os aspectos possíveis, aumentando os níveis de segurança para os usuários, valorizando o patrimônio, além de aumentar benefícios relacionados à economia de energia (cerca de 30% a 40%), embelezamento de cabine (visual), conforto para os usuários (partidas, viagens e paradas suaves), baixo nível de ruído na casa de máquina, melhor desempenho funcional e acessibilidade para deficientes visuais.

- **Manutenção da usina fotovoltaica de Uberaba**

A Subseção Judiciária de Uberaba possui uma usina fotovoltaica composta por 488 (quatrocentos e oitenta e oito) placas, com geração de 187 kwp de energia, que atendem a 80% do consumo energético da Subseção (não há espaço físico para instalação de novas placas). Referida usina proporciona grande economia de despesa com energia elétrica, atendendo às diretrizes de gestão ambiental do órgão. Visando a total eficiência do sistema, foram realizadas manutenções preventivas no presente ano.

- **Digitalização dos Processos Físicos.**

Desde julho de 2020, quando a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da então seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico, este trabalho tem sido contínuo, e tem previsão de finalização em fevereiro de 2024.

Em dezembro de 2023 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região firmaram um acordo de cooperação para a digitalização de mais de 23 mil processos físicos remanescentes da Seção Judiciária de Minas Gerais. A

parceria trará mais rapidez à tramitação processual no TRF6 e permitirá ao órgão atingir seu objetivo de ser 100% digital. Além disso, tal trabalho tem sido realizado no STJ por colaboradores com deficiência auditiva, o que corrobora o compromisso de unir inclusão social e celeridade na Justiça.

- **Almoxarifado Virtual.**

No TRF6, em 2023, deu-se continuidade ao Almoxarifado Virtual que foi realizado através de contrato com empresa terceirizada. A ferramenta garante mais praticidade, economia e sustentabilidade, além de permitir compras parceladas e de acordo com consumo das unidades.

No Almoxarifado Virtual, os materiais de consumo são adquiridos da referida empresa, em pequenas quantidades, e estocados no depósito situado no galpão do TRF6, para posteriormente serem enviados às Varas e unidades administrativas de Belo Horizonte, e às Subseções Judiciárias, quando requisitados por usuários autorizados a fazerem os pedidos.

Dessa maneira, as compras ficaram mais simples e céleres, pois já existe uma cesta de produtos passíveis de serem adquiridos quando os estoques diminuem, evitando a necessidade de grandes volumes em estoque, ocupando assim menos espaço físico e sem risco de os materiais ultrapassarem a data de validade.

- **Instalação de bicicletário na Subseção Judiciária de Patos de Minas**

O incentivo à outras formas de mobilidade, que não sejam somente através do uso de veículos automotores, vai ao encontro dos objetivos da Agenda 2030, como "11- Cidades e Comunidades Sustentáveis"; "13- Ação contra a mudança global do clima" e "16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes".

A instalação de bicicletário em Patos de Minas permitiu maior conforto e segurança aos jurisdicionados e servidores que utilizam a bicicleta como meio de transporte.

2 - Atermação online

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

Iniciado em 2022, o sistema de Atermação On-line da Justiça Federal de Minas Gerais, consolidou-se ainda mais em 2023. O sistema possui dois caminhos, o da atermação online, onde o próprio usuário preenche o formulário e faz seu pedido, e o de atermação online assistida, que conta com apoio de servidores através de plataforma de atendimento virtual.

O sistema de atermação online é resultado do Projeto de Inclusão Digital, e está ligado também à sustentabilidade, promovendo a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho, em consonância ao propósito do órgão de ser um Tribunal 100% digital.



3 - Diligência Sustentável

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

No ano de 2023 as “diligências sustentáveis”, frutos de projeto com o mesmo nome criado em 2020, tiveram continuidade. O projeto foi desenvolvido visando buscar uma solução tecnológica viável para a eliminação/redução da necessidade de impressão de

mandados/documentos encaminhados pelas varas federais para o cumprimento pela Central de Mandados, para tanto foram adquiridas impressoras térmicas que hoje são utilizadas pelos oficiais e oficiais de justiça quando necessário (dando-se prioridade para as diligências online).

4 - Dia Mundial do Meio Ambiente 2023

Esta iniciativa está alinhada com todos os Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU de forma transversal.

Dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, foi criado pela ONU e neste ano de 2023 completou seu 50º aniversário, tendo como meta o combate à poluição plástica, uma das mais graves ameaças para o planeta.

Para comemorar a data o TRF6 elaborou um informativo no site oficial para que servidores e comunidade conheçam um pouco mais sobre as iniciativas socioambientais da instituição, principalmente quanto ao consumo e descarte de materiais, bem como fazendo um convite ao corpo funcional a engajar-se na causa através da mudança de atitudes.

Abaixo seguem algumas imagens do informativo alusivo ao Dia do Meio Ambiente, que pode ser acessado pelo portal do TRF6 através do link [Informativos Sustentabilidade - JUSTIÇA FEDERAL \(trf6.jus.br\)](https://www.trf6.jus.br/informativos-sustentabilidade-justica-federal).

The image shows two pages of an informational brochure. The left page features the logo of the Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 6ª Região, and the text 'Edição nº 001'. The main heading is 'PARTICIPE DO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE!'. Below this is a photograph of a hand holding a small green plant growing from a globe. Text on the page explains that World Environment Day was created by the UN and is celebrated on June 5th. It highlights the goal of combating plastic pollution. At the bottom, there is a call to action: 'CLIQUE NA SETA DO LEITOR AO LADO DA PÁGINA PARA CONTINUAR A LEITURA' with a right-pointing arrow icon.

The right page is titled 'CONTRIBUIÇÃO DO TRF6 PARA O MEIO AMBIENTE!'. It describes the TRF6's role in managing socio-environmental actions, promoting sustainable contracts, and preserving the environment. It also mentions that sustainability indicators are monitored by the Section of Governance, Strategic Management and Integrated Development - SEGES/ASGES. At the bottom right, there is another right-pointing arrow icon.



5 - JEF Virtual de Abre Campo e Águas Formosas

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 10 – Redução das desigualdades
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes
- ✓ ODS 17 – Parceiras e meios de implementação

No dia 24 de abril, a Subseção Judiciária de Manhuaçu inaugurou a sua primeira unidade JEF Virtual, na cidade de Abre Campo. A criação do JEF Virtual permite aos

jurisdicionados e aos advogados participarem de audiências e perícias, fazerem atermações e terem acesso a outros serviços da Justiça Federal, sem a necessidade de deslocamento até Manhuaçu. A presença do JEF Virtual em Abre Campo deu mais celeridade aos processos e facilitou o acesso à Justiça Federal. A iniciativa foi possível graças à parceria entre a Prefeitura de Abre Campo, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Subseção Judiciária de Manhuaçu.

Já no município de Águas Formosas, localizado à 150 quilômetros da Subseção de Teófilo Otoni, a implantação do JEF Virtual consolidou o acesso à justiça para os jurisdicionados indígenas do povo Maxakali.

6 - Desfazimento de bens móveis por meio de Edital de Doação.

Esta iniciativa está alinhada com o seguinte Objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.

Tendo em vista a existência de diversos bens móveis inservíveis, danificados e irrecuperáveis, tanto em Belo Horizonte quanto em subseções do interior, foram publicados editais para desfazimento de bens. A exemplo das doações realizadas no ano de 2023, temos o desfazimento de bens de informática que foram divididos entre duas OSCIP's: UNIDIOMAS - Universidade Livre para Idiomas e Desenvolvimento Sustentável e CECP - Centro Esportivo Cultural de Planaltina.

7 - Feira da Agricultura Familiar

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 2 – Agricultura Sustentável e fome zero
- ✓ ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

No ano de 2023 não tivemos a oportunidade de realizar a Feira de Produtos Sustentáveis, porém houve um incentivo, através de convites enviados pela Assessoria de Comunicação, à participação dos colaboradores na Feira da Agricultura Familiar realizada mensalmente no Espaço Democrático da ALMG que fica a poucos metros da sede do TRF6.

Participe da Feira de Agricultura Familiar - 14 de dezembro



8 – Novas tecnologias e diminuição de gastos com telefonia

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura
- ✓ ODS 12 – Consumo e produção responsáveis

O investimento em tecnologia de telefonia em nuvem, que é uma tecnologia sustentável, foi de grande relevância no TRF6. A tecnologia VoIP é uma solução sustentável não só para economia direta de recursos financeiros do Tribunal, que pode ser visto em números (diminuição de R\$ 287.494,32 gastos em 2021 para R\$22.017,80 em 2023), mas também se reflete na economia de energia, menor geração de resíduos eletrônicos e facilitação do trabalho remoto, evitando deslocamentos em meios de transporte.

9 - Projeto-piloto do Centro de Memória do TRF6 que fomenta a conservação de processos e de documentos antigos da Justiça Federal mineira

Esta iniciativa está alinhada com o seguinte Objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

Durante o período de setembro de 2022 a maio de 2023, a equipe do Centro de Memória do TRF6 (Tribunal Regional Federal da 6ª Região), sob a coordenação de dois professores da UFMG, iniciou o projeto-piloto de conservação de processos antigos. Durante

esse tempo, foram higienizadas mais de 7.300 páginas de processos e, até o momento, foram identificados 1.042 itens documentais.

O conjunto documental que constituiu o objeto do projeto coloca em evidência a relevância histórica e social da Justiça Federal e permite reconstituir aspectos ligados não apenas à história institucional e ao próprio desenvolvimento da história da Justiça no Brasil, como também aqueles de caráter mais amplo, relacionados à história de Minas Gerais e do Brasil, num quadro em que as dinâmicas sociais e econômicas, as formas de viver e a linguagem se mesclam em matizes variados, elevando o potencial informativo dos documentos.

A equipe do Centro de Memória, em parceria com os professores coordenadores, elaborou dois manuais que possibilitarão a continuidade dos procedimentos em todo seu acervo histórico, visando o tratamento documental, isto é, a sequência de operações que tem por objetivo tornar os arquivos e os documentos que os compõem, acessíveis e consultáveis para o público tanto interno quanto externo, promovendo assim o papel social das instituições de preservação do patrimônio documental: o fomento à produção de novos conhecimentos.



10 - Sessões 100% virtuais

Esta iniciativa está alinhada com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

Em março de 2023 a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou a sua primeira sessão virtual, em ambiente **exclusivamente eletrônico**, para o julgamento colegiado de processos regularmente pautados. Foram julgados 332 processos, em julgamento contínuo marcado pela fluidez e regularidade dos trabalhos. A inovação e a celeridade são os pilares dessa iniciativa, que permitiu a racionalização dos procedimentos e aceleração do julgamento dos feitos, para prestígio dos constitucionais princípios da eficiência e razoável duração do processo.

11 – Ciclo de palestras sobre Direito Minerário

Esta iniciativa está alinhada principalmente com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes
- ✓ ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Em julho de 2023 a Escola de Magistratura promoveu um ciclo de palestras sobre os complexos desafios da Mineração. Sendo Minas Gerais um estado historicamente e ambientalmente afetado pela mineração é de suma importância que o tema seja exaustivamente debatido no âmbito do Tribunal Regional da 6ª Região. O evento contou com o apoio do Doutor em Direito, juiz federal aposentado e ex-Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira, e reuniu especialistas renomados que contribuíram para o debate sobre as complexidades do tema, proporcionando uma visão ampla e atualizada sobre os diversos aspectos do Direito Minerário.

A mesa de abertura do Ciclo de Palestras foi composta pela Presidente do TRF6, desembargadora Mônica Sifuentes; pelo Diretor da Escola da Magistratura da 6ª Região,

desembargador Grégore Moura, e pelo Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento.

A Presidente do TRF6, traçou um panorama da utilização das riquezas minerais de Minas Gerais, demonstrando a ligação histórica do estado com a atividade minerária e lembrando que grande desafio imposto pela modernidade é conciliar a exploração mineral com o desenvolvimento ambiental.

Escola de Magistratura e Revista do TRF6 convida para palestra:

Ciclo de Palestras Sobre Direito Minerário - A Mineração e Seus Complexos Desafios

3 de julho de 2023

8h30min às 17h30min	Vagas	Modalidade	Local
8 horas-aula	60 vagas	Presencial com transmissão via Teams	Audatório do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Avenida Álvares Cabral, 1.805, 2º andar)

Inscrição
A inscrição deverá ser feita através do link acima

Conteúdo programático

Abertura
Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura – Diretor da Escola de Magistratura do TRF6
Juiz Federal Antônio Francisco do Nascimento – Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Belo Horizonte – MG

Painel I - Mineração: panorama geral e seus desafios

- A mineração como componente histórico da humanidade
- A mineração no Brasil – fatores sócio, econômicos e ambientais
- A mineração em números
- A mineração como base para a transição energética e a pauta do clima

Painel II - Mineração e temas atuais

- Mineração e terra indígena
- Mineração e cavidades
- Mineração e área de fronteira
- Garimpo
- Metais estratégicos
- Barragens de rejeito

Painel III - Mineração: desenvolvimento, segurança e sustentabilidade

- Mineração: patrimônio geológico e geração de riqueza
- Mineração e desenvolvimento econômico
- Mineração e meio-ambiente
- Atividade minerária e segurança do trabalho, às comunidades e ao meio-ambiente

Painel IV - Mineração e marco regulatório

- A legislação brasileira em temas de mineração
- As competências dos entes federados e seus órgãos
- O processo minerário e as outorgas minerárias
- A atividade minerária e avanço regulatório

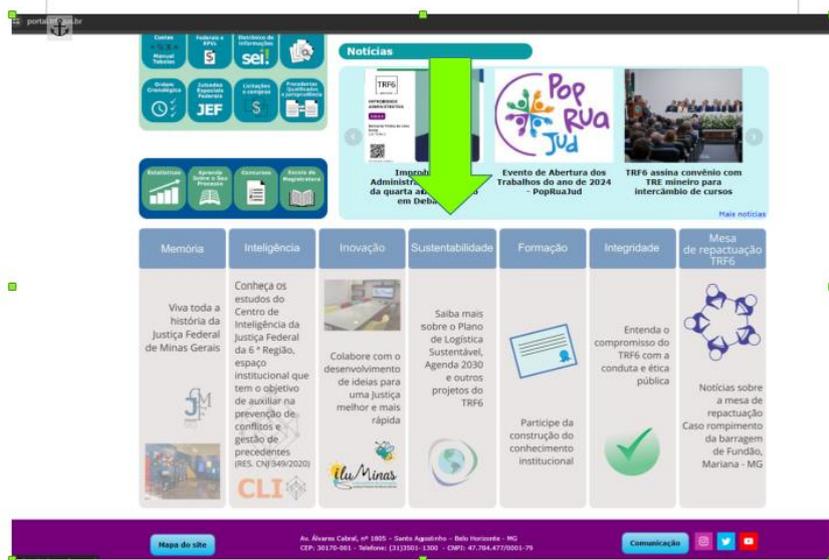
Encerramento
Ministro Carlos Mário da Silva Velloso
Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura – Diretor da Escola de Magistratura do TRF6

Certificação
Serão certificados com carga horária de 8 horas-aula os participantes que apresentarem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), verificada através de relatório físico de presença ou relatório gerado pelo aplicativo Teams para participação online.



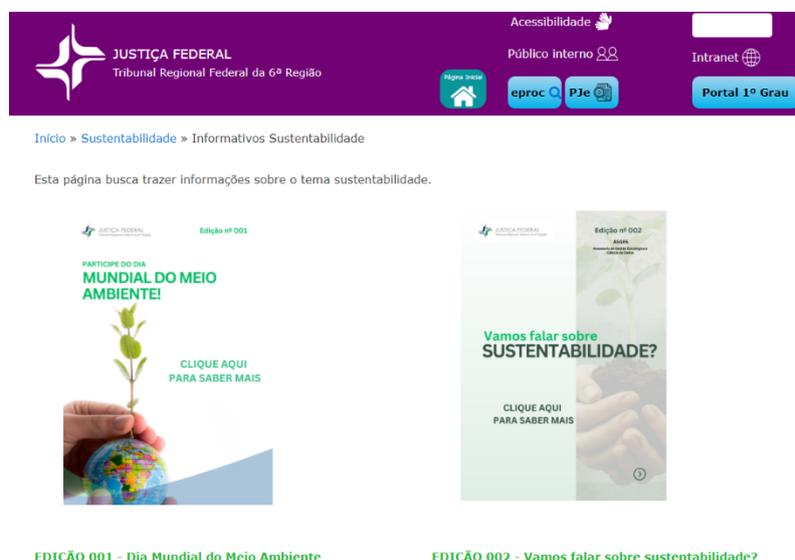
12 – Divulgação de informações sobre a Gestão Socioambiental e Informativos de Sustentabilidade.

Com objetivo de dar visibilidade e trazer informações sobre a temática socioambiental, foi criado um espaço no site oficial do TRF6 no qual é realizada a divulgação institucional de dados relativos ao Plano de Logística Sustentável - PLS, de normativos e de projetos e ações executadas pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região. O acesso a página pode ser realizado através do link [Sustentabilidade - JUSTIÇA FEDERAL \(trf6.jus.br\)](https://trf6.jus.br).



Dentre as ações de sensibilização está a elaboração e publicação dos “informativos de sustentabilidade”.

No ano de 2023 foram elaboradas e publicadas 2 edições, sendo a primeira em comemoração ao Dia Mundial do Meio ambiente (já explanada anteriormente) e a segunda com o tema “Vamos falar sobre sustentabilidade?”, abordando os três pilares do desenvolvimento sustentável, trazendo os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dando dicas de como cada indivíduo pode colaborar e ainda informando como a Gestão Socioambiental é feita no âmbito do TRF6.



EDIÇÃO 001 - Dia Mundial do Meio Ambiente

EDIÇÃO 002 - Vamos falar sobre sustentabilidade?

13 – Ações de Qualidade de vida no Trabalho

Durante o ano de 2023 foram realizadas ações de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho, alinhadas, principalmente, aos objetivos Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

- ✓ ODS 3 - Saúde e Bem-Estar
- ✓ ODS 5 – Igualdade de Gênero

Dentre as mais relevantes ações estão:

- a criação do Programa de Atenção à Saúde da Mulher, por meio da Portaria Presi 88/2023, visando promover a saúde física e mental das mulheres durante o período do climatério, através de ações e atividades educativas, debates, seminários, capacitações e ações afins, que contemplem magistradas e servidoras do TRF6 e da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais.
- comemoração do dia do servidor público com apresentação musical e artesanato;
- participação na campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher” do CNJ, reunindo mais de 60 mulheres, entre servidoras e terceirizadas do TRF6, para participar de palestras sobre empoderamento feminino, autoestima e violência doméstica;
- Campanha “construindo um Tribunal que cultiva o respeito”, visando prevenir situações de assédio moral, assédio sexual e discriminação;
- “Programa de Implantação de Práticas baseadas em Mindfulness no TRF6”, cujo objetivo é proporcionar bem-estar e qualidade de vida no trabalho, com resultados positivos sobre a saúde mental do corpo funcional e no clima organizacional;
- atividades ligadas à campanha “setembro amarelo”, de prevenção ao suicídio;
- ações preventivas e informativas contra o câncer de boca, câncer de intestino, doenças da mulher, diabetes, doenças mentais, entre outras.
- Projeto “De Olho no Futuro” - ciclo de palestras sobre a preparação para aposentadoria, qualidade de vida e relações interpessoais na aposentadoria.

14 – Diversidade, equidade e inclusão social

Esta iniciativa está alinhada principalmente com os seguintes Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ✓ ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes
- ✓ ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

No ano de 2023 o TRF6/SJMG também realizou ações neste sentido, tais como:

- a criação do “Comitê de Equidade Racial” na 6ª Região que tem a incumbência de fomentar a divulgação de informações por meio de cursos, palestras e audiências públicas, com o fim de conscientizar magistradas(os), servidoras(es), profissionais terceirizadas(os)/colaboradoras(es), estagiárias(os) e jurisdicionadas(os) acerca da erradicação de práticas discriminatórias;
- Elaboração e lançamento da Cartilha de Equidade Racial;
- Rua de Direitos - ação articulada com os outros Poderes e órgãos do sistema de justiça, gestores de políticas de assistência social e organizações da sociedade civil, o TRF6 realizou seu primeiro juizado itinerante para atender pessoas em situação de rua. Em sua participação, o TRF6 contribuiu com mil *kits* de higiene, *kits* de alimentação, água, absorventes, entre outros. A ação articulada prestou ainda serviços de emissão de certidões de nascimento, de casamento e de óbito; regularização e transferência de Título de Eleitor, com cadastramento biométrico; atendimento assistencial com perícia médica; orientação e atendimento jurídico e atendimentos odontológico e psicológico.
- Projeto PIÁ (Petição Inicial Ágil), fruto da parceria entre o iluMinas – Laboratório de Inovação do TRF6 – e a JFPR (Justiça Federal do Paraná), foi agraciado como o 2º Melhor Projeto do Prêmio Inspiralize JF4R. O Projeto consiste no compartilhamento das boas práticas e experiências adotadas pelo TRF6 no atendimento às partes sem advogado, bem como compartilhamento da ferramenta de Atermação On-line devolvida em Minas Gerais com o objetivo de integrar as funcionalidades existentes no Sistema Processual Eproc.
- Participação na ouvidoria itinerante que realizou rodas de conversa com os cidadãos mineiros na Praça Rui Barbosa, no centro de Belo Horizonte. O projeto faz parte da Rede Ouvir-MG (Rede Mineira de Ouvidorias Públicas), que tem

entre seus objetivos a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre as instituições participantes;

- Palestra “Poder Judiciário republicano em defesa do meio ambiente equilibrado para o desenvolvimento sustentável das presentes e futuras gerações” realizada durante cerimônia de assinatura do termo de cooperação técnica entre a ESMAF/TRF1 (Escola da Magistratura Federal da 1ª Região) e a Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região;
- Criação da Mesa de Repactuação do caso do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido na cidade de Mariana/MG cujo intuito é encerrar definitivamente os diversos litígios envolvendo o desastre humanitário e ambiental por meio de um procedimento extrajudicial de conciliação, de diálogo e consensos. As reuniões de repactuação são realizadas mensalmente, onde são discutidos temas com o apoio de técnicos e assessores das mais diversas formações profissionais como: meio ambiente, saúde, pesca, indenizações, saneamento, governança, reassentamento, situação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, infraestrutura entre outros.

As demais ações realizadas pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região e Subseções Judiciárias, a consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça serão descritas nas próximas páginas, demonstrando a evolução do desempenho dos indicadores e oferecendo um panorama do Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 6ª Região.

TEMA 1 – PAPEL

META 1 – Manter o consumo anual do ano de 2021 até 2026.

Ações propostas:

01. Projeto Almoxarifado Virtual

Ação em andamento. Considerando que as aquisições de material de consumo eram feitas com muita antecedência e em grandes quantidades, devido à sistemática de liberação de recursos pelo Tribunal (aquisição de estoque para 12, 18 meses), gerando estoques elevados e sobra de material por alteração de rotinas de trabalho, surgiu o Projeto do Almoxarifado Virtual, tornando mais ágil e racional a entrega de materiais de pouco valor agregado como itens de expediente (papel, lápis, canetas e suprimentos comuns de informática), permitindo uma redução significativa da necessidade de grandes áreas para Almoxarifados e estoques, tornando mais seguro o controle e ateste dos itens e minimizando o processo de compra anual, ficando a aquisição realizada de maneira fracionada e gradual.

Foi assinado o Contrato nº 037/2021, com a empresa Autopel Automação Comercial e Informática Ltda, de prestação de serviços de outsourcing (almoxarifado virtual), cuja vigência iniciou-se em 01/10/2021, com encerramento em 31/03/2024.

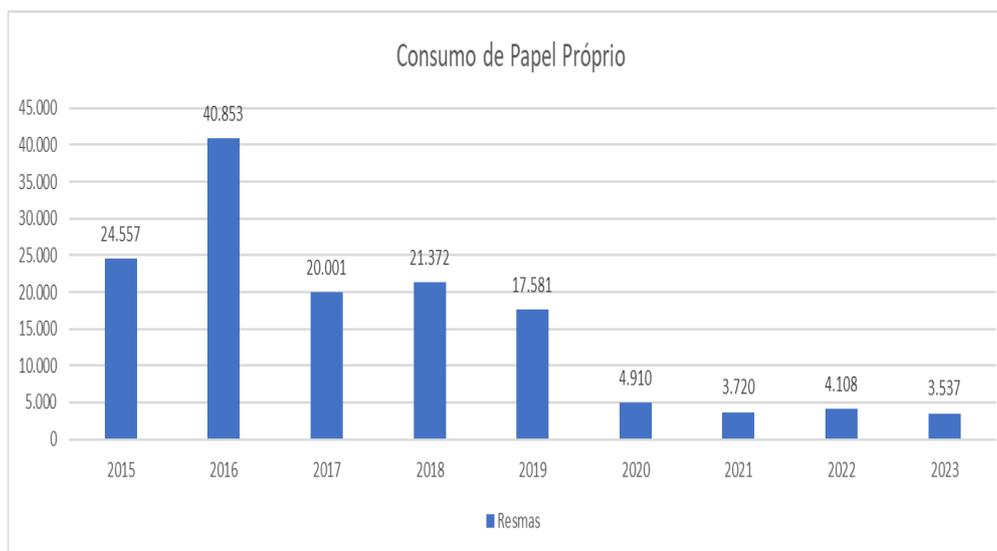
02. Informar dados de consumo às unidades

Ação parcialmente realizada e contínua. Foi realizado acompanhamento mensal dos dados de consumo, e, sempre que ocorria uma mudança brusca de valores, a unidade era contactada para que pudéssemos averiguar o motivo e verificar alternativas para retorno ao consumo habitual. Em 2024, deverá ser enviado e-mail ou SEI às unidades com os dados de consumo.

03. Campanhas de conscientização sobre o uso racional de papel.

Ação parcialmente realizada. Foi realizado um acompanhamento mensal do gasto de papel em toda Justiça Federal da 6ª Região. Em 2023 gastamos 571 resmas a menos, em relação a 2022. Em 2024, deverá ser realizada campanha visando a manutenção ou redução do consumo de papel.

Gráfico de Consumo de Papel Próprio TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 1 – Alcançada

A meta de manter o consumo de 2021 em 2023 foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição de 179 resmas em relação a 2021. Destacamos ainda, que no ano de 2021, tendo em vista a manutenção do período de pandemia, grande parte da força de trabalho foi realizada através do home office, além do projeto de digitalização de processos, o que gerou reflexos sem precedentes na diminuição do consumo de papel. Em 2023, considerando ser o primeiro ano do Tribunal Regional Federal, destaca-se que apesar da diferença ser pequena, ela é significativa, levando-se em consideração o novo cenário.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2024.

TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS

META 2 – Reduzir em 15% o consumo anual em relação ao ano anterior até 2026.

Ações propostas:

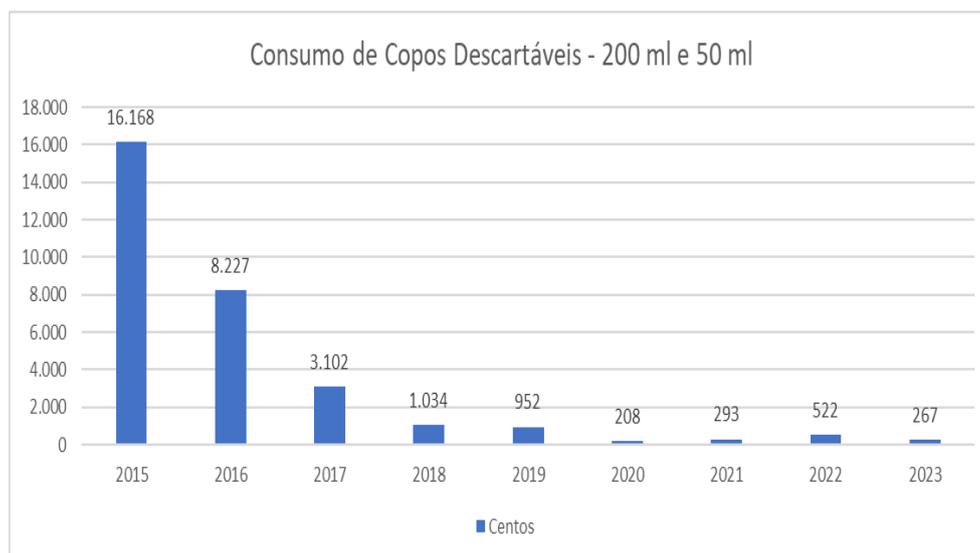
01. Manter a distribuição de copos descartáveis somente para eventos e público externo.

Ação realizada e contínua. Foi realizado um monitoramento mensal desse indicador, e sempre que ocorria um aumento no consumo, as unidades eram indagadas sobre o porquê do aumento. A distribuição de copos se limitou a eventos e público externo.

02. Pesquisar opções de copos biodegradáveis e realizar estudos para verificar a viabilidade de aquisição

Ação realizada: Foi feita pesquisa de mercado com as opções de copos biodegradáveis disponíveis. Os valores serão submetidos a alta administração para deliberação da compra.

Gráfico Consumo de Copos Descartáveis TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 2 – Alcançada

A meta era reduzir em 15% o consumo anual em relação ao ano anterior, portanto, a meta foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma redução de 47,86% em relação ao ano anterior.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis na JFMG, através da aquisição de copos descartáveis biodegradáveis, que seriam fornecidos somente para público externo e eventos, da mesma forma como é feito atualmente no TRF6.

TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

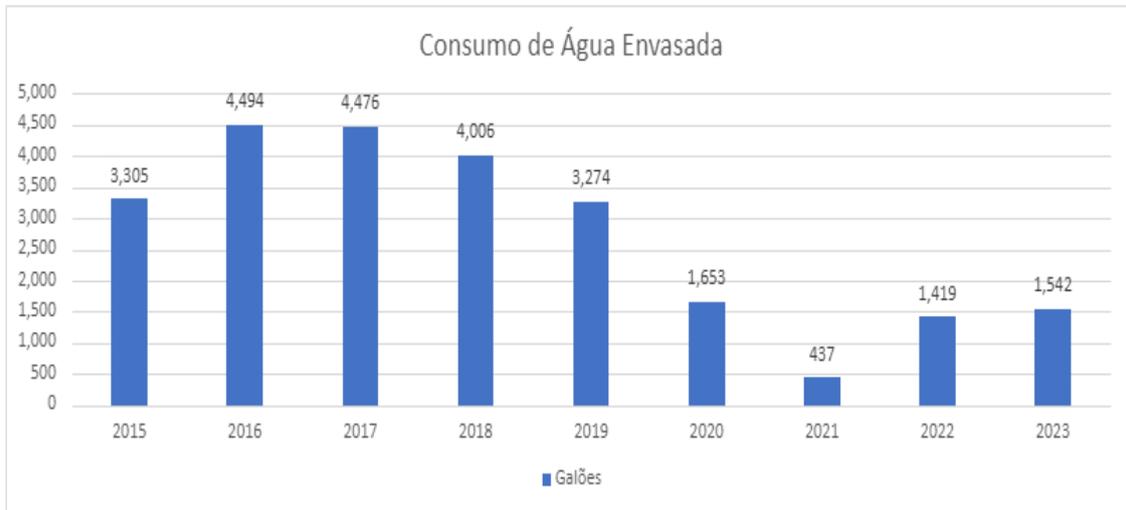
META 3 – Manter o consumo anual do ano de 2020 até 2026.

Ações propostas:

01. Avaliar a possibilidade de substituição da água mineral envasada por purificadores de água.

Ação realizada. No decorrer dos anos foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu, restando apenas 04 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares e São João Del Rei.

Gráfico Água em Embalagem Retornável TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 3 – Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 até 2026. Foi alcançada com sucesso, considerando ser o primeiro ano do Tribunal Regional Federal, destaca-se que apesar da diferença ser pequena, ela é significativa, levando-se em consideração o novo cenário.

No TRF6 e Subseções Judiciárias, a água envasada em galões retornáveis só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis (garrafinhas ou copos).

TEMA 4 – IMPRESSÃO

META 4 – Reduzir em 50% o número de equipamentos de impressão até o primeiro semestre de 2025.

Ações propostas:

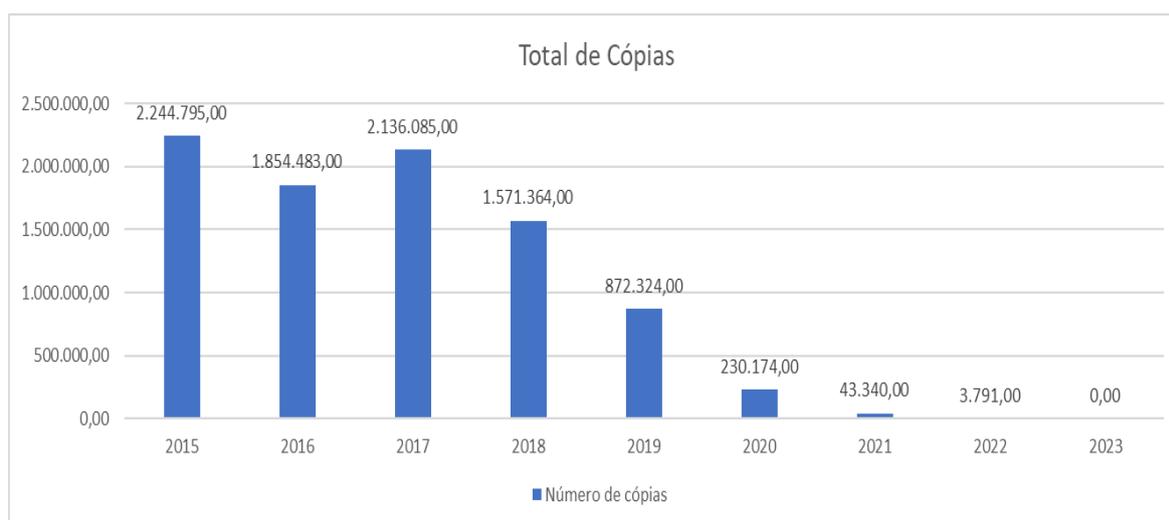
01. Digitalização de Processos.

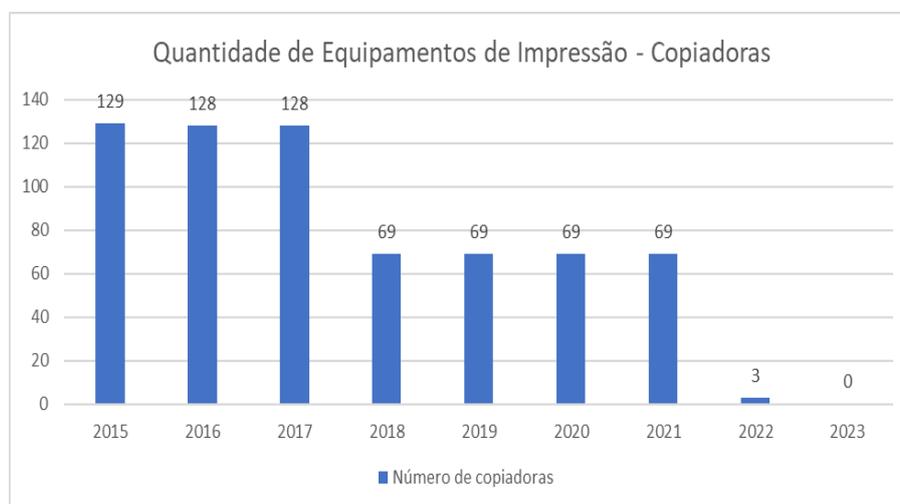
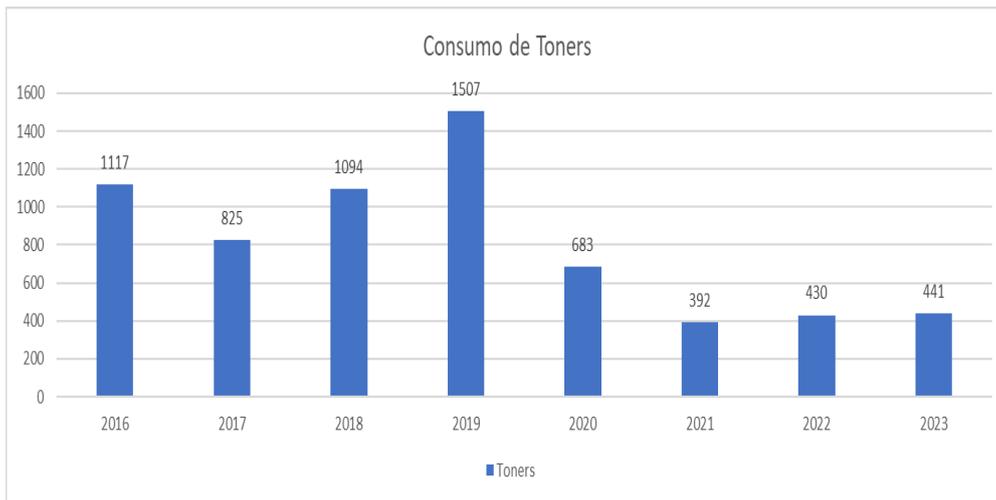
Ação realizada. Em julho de 2020, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da Seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico. Em 2020, foram digitalizados na capital cerca de 30% do acervo. Em 2021, o percentual de processos digitalizados na capital atingiu cerca de 80% do acervo. Já em 2022 foram digitalizadas 24.137 páginas, o que corresponde a 120.986 volumes de processos, faltando ainda uma pequena quantidade a ser digitalizada na capital. Quanto ao interior, a digitalização permanece em andamento, com previsão de finalização em 2024

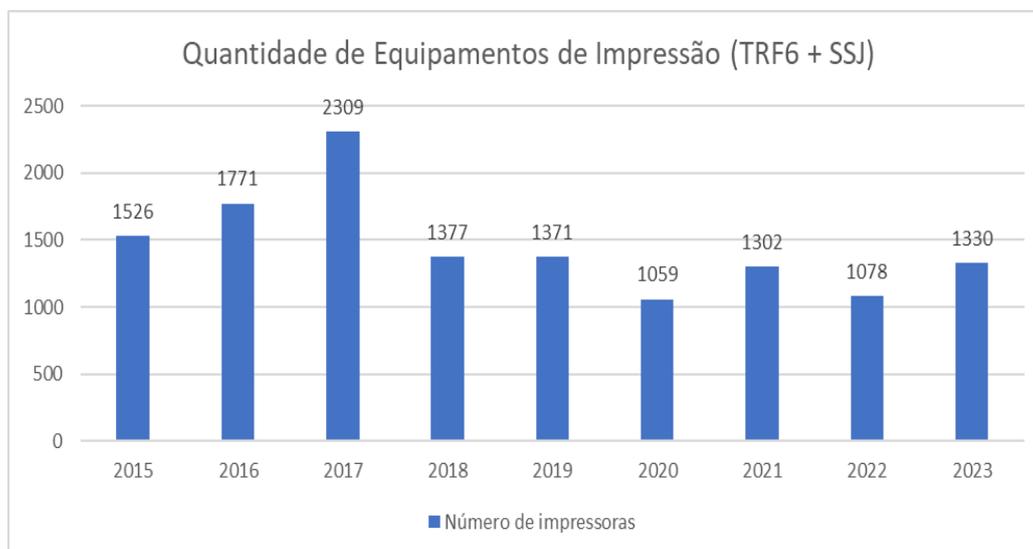
02. Estudo para recolhimento gradual das impressoras, visando a implantação de outsourcing de impressão.

Ação não realizada, considerando demandas urgentes que ocorreram em virtude da instalação do TRF6.

Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) TRF-6:







Análise dos resultados de 2023:

Meta 4 – Não Alcançada

A meta era reduzir o número de equipamentos de impressão até o primeiro semestre de 2025. A meta não foi alcançada, pois depende de estudo para avaliar o procedimento/regra a ser adotado para o recolhimento.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Realizar estudo para definir regras e dar início ao recolhimento das impressoras.

TEMA 5 – ENERGIA ELÉTRICA

META 5 – Não ultrapassar, anualmente, a média de consumo de 2019 e 2020 (5.000.000 Kw) até 2026.

Ações propostas:

01. Modernização dos Elevadores.

Ação realizada. Foram executados os serviços visando reformar e modernizar os elevadores, em todos os aspectos possíveis: aumentando o nível de segurança para os usuários; valorizando o patrimônio; aumentando os benefícios relacionados à economia de energia; embelezamento da cabine; conforto para os usuários (partidas, viagens e paradas suaves); baixo nível de ruído na casa de máquina e passadiço (caixa do elevador) e melhor desempenho funcional. Além disso, os elevadores contam com identificação em braile para cada tecla. No ERA foram modernizados 02 elevadores, no ODC, estão sendo modernizados 4 elevadores.

02. Impedir a “fuga” de energia elétrica (Prazo: 2024):

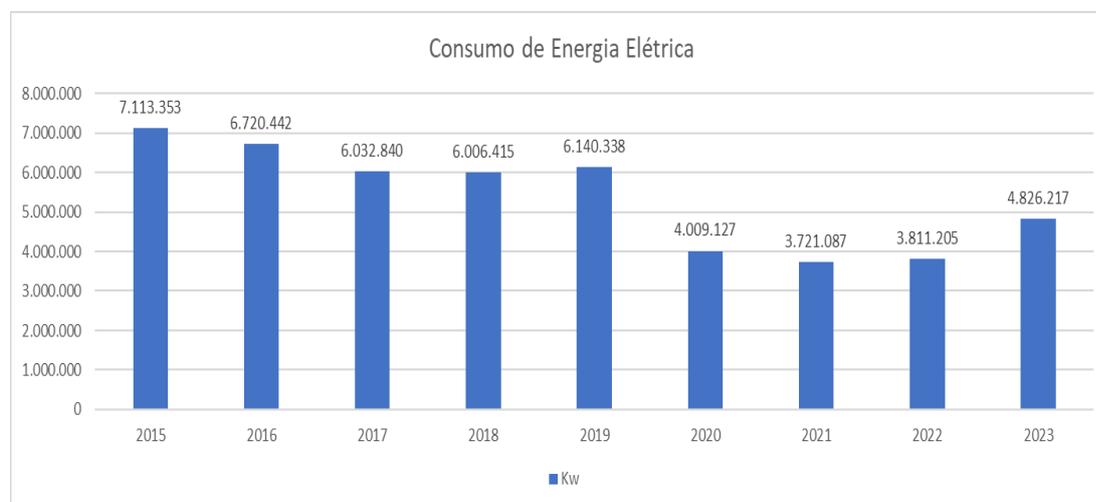
a) Barramento blindado no Ed. ODC

Ação não realizada. Encontra-se em fase de adequação do TR.

b) Fornecimento e instalação do grupo gerador e nobreak do Ed. ERA para atender ao plenário.

Ação realizada.

Gráfico Energia elétrica TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 5 – Alcançada

A meta de não ultrapassar o consumo de 5.000.000 Kw ao ano foi alcançada, tendo ocorrido uma pequena redução, em relação à média de 2019 e 2020.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Avaliar a compra de energia no mercado livre de energia. Modernização do ar-condicionado do AFP.

TEMA 6 – ÁGUA E ESGOTO

META 6 – Não ultrapassar o consumo anual de 32.875 m³ (consumo referente ao ano de 2019) até 2026.

Ações propostas:

01. Ampliação da instalação de torneiras com redutores de pressão.

Ação realizada.

02. Avaliar a possibilidade de implantação de lavagem a seco dos veículos do TRF-6 em BH.

Ação não realizada. Em 2024 será analisada a viabilidade da implantação de lavagem a seco.

03. Hidrômetros digitais

Ação não realizada. Em 2024 será analisada a viabilidade de implantação de hidrômetros digitais em BH. Os aparelhos identificam em tempo real, por meio de gráficos online, se os consumos estão em desacordo com o habitual.

Gráfico água e esgoto TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 6- Alcançada

A meta de não ultrapassar o consumo anual de 32.875 m³ foi atingida, tendo ocorrido diminuição de 2.408 m³ em relação a 2019.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Instalação de torneira com redutores, lavagem de veículos à seco e implantação de hidrômetros digitais.

TEMA 7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 7 – Reduzir em 1% a geração de resíduos ao ano até 2026 (ano referência 2022).

Ações propostas:

01. Estimular coleta seletiva nas Subseções (Prazo dezembro 2024)

Ação não realizada. Deverá ser enviado às Subseções um e-mail contendo todas as orientações para a implantação da coleta seletiva, tais como modelo de edital de habilitação e termo de compromisso. Além disso, foi enviada lista elaborada pelo Centro Mineiro de Resíduos Sólidos – CMRR com pelo menos o contato de uma cooperativa em cada cidade em que há Justiça Federal da 6ª Região.

02. Campanha para recolhimento de eletrônicos. (Prazo dezembro 2024)

Ação não realizada. Deverá ser realizada campanha para recolhimento de eletrônicos, visando o descarte correto, considerando que são objetos com potencial poluidor, pois costumam ter metais pesados, que são altamente tóxicos.

03. Campanha de conscientização sobre a geração de resíduos e a coleta seletiva

Ação realizada. Foi realizada campanha através dos Informativos da Sustentabilidade, demonstrando possíveis ações que visam contribuir para diminuição da geração de resíduos, bem como os resultados da coleta seletiva na Justiça Federal de Minas Gerais.

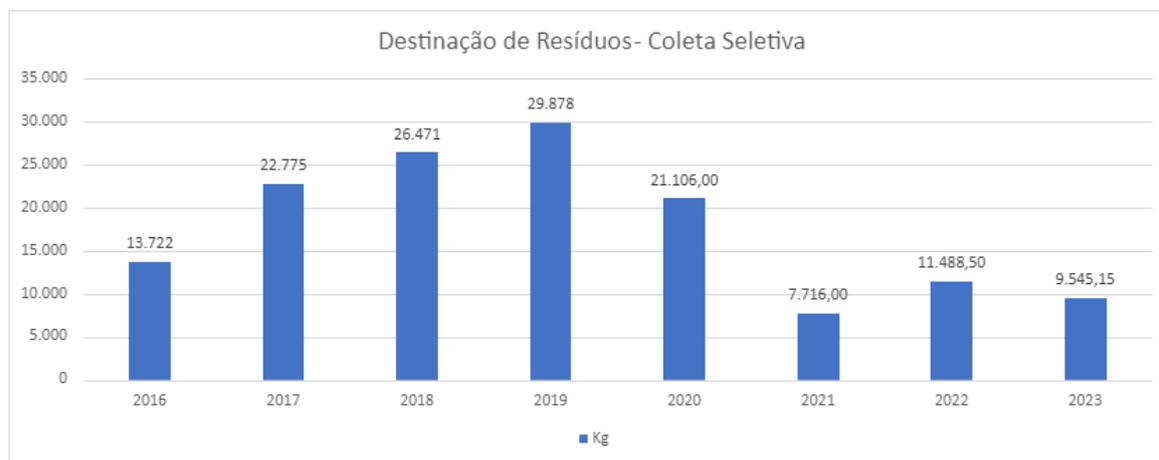
04. Atualização da Cartilha da Coleta Seletiva (Prazo dezembro 2024)

Ação não realizada. Encontra-se em processo de revisão a Cartilha da Coleta Seletiva para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

05. Atualização do normativo da Coleta Seletiva (Prazo dezembro 2024)

Ação não realizada. Encontra-se em processo de atualização o normativo referente a Coleta Seletiva do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, para fins de atendimento ao Decreto 10.936/2022.

Gráfico Destinação de Resíduos TRF-6:



Análise dos resultados 2023:

Meta 7 – Alcançada

A meta de reduzir em 1% a geração de resíduos ao ano até 2026, ano referência 2022, foi alcançada. Em 2023, houve redução de cerca de 17% de materiais destinados à reciclagem, em relação à 2022, portanto, a meta foi alcançada e superada.

Espera-se que a quantidade de lixo produzido caia, devido a recomendações de não geração e de reaproveitamento. No entanto, ainda há espaço para que o volume destinado aumente, pois há unidades em BH que ainda não aderiram aos coletores, e Subseções que não possuem cooperativa habilitada para recolhimento de recicláveis.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Realizar novos treinamentos/divulgação de conteúdo visando à manutenção e aprimoramento da coleta.
- Estimular coleta seletiva no Tribunal e nas Subseções.
- Atualização do normativo e cartilha sobre Coleta Seletiva

TEMA 8 – REFORMAS E CONSTRUÇÕES

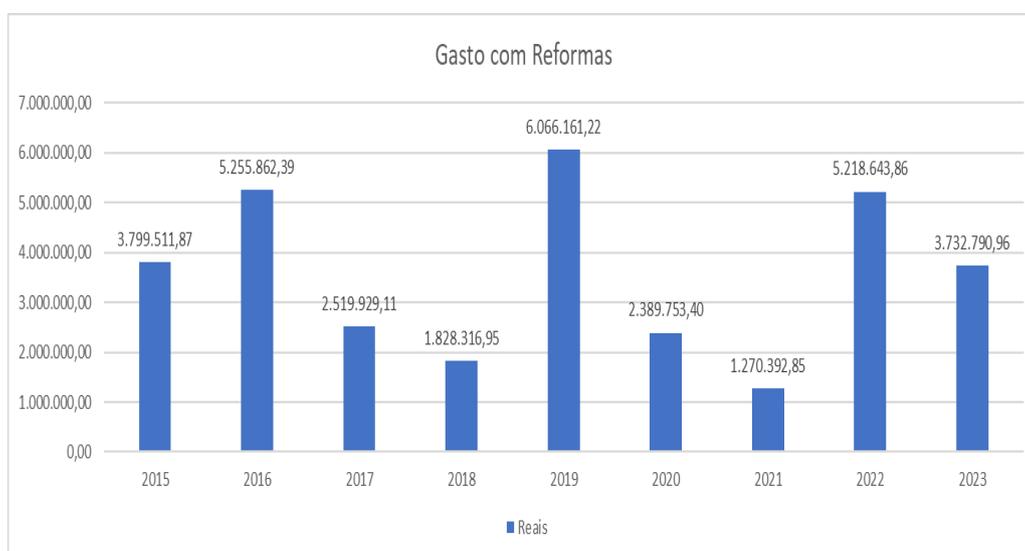
META 8 – Inserir critérios de sustentabilidade em 100% dos novos contratos de reformas e adequações de leiaute.

Ações propostas:

01. Editar normativo referente alteração de leiaute (Prazo: 2024).

Ação não realizada. O normativo encontra-se em fase de elaboração, está previsto para ser finalizado e publicado em 2024.

Gráfico Reformas TRF-6:



Análise dos resultados 2023:

Meta 8 – Alcançada

Os critérios socioambientais são observados nas contratações de obras e reformas, tais como: Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05.07.2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19.01.2010.

Considerando a recente instalação do TRF6, o gasto com reformas e mudanças de leiaute ainda se encontra em oscilação. No entanto, em 2023 houve redução de cerca de 28% do gasto em relação à 2022.

TEMA 9 – LIMPEZA

META 9 - Manter os gastos com contrato de limpeza até 2026, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).

Ações propostas:

01. Contratação de limpeza unificada para o Estado (por região geográfica) (Prazo 2024)

Ação não realizada. Será analisada em 2024.

02. Campanha para uso consciente dos itens fornecidos pela Contratada (Prazo 2024)

Ação não realizada. Deve ser realizada em 2024.

03. Capacitação para os terceirizados para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza.)

Ação realizada. Realização de capacitação, por parte das empresas contratadas, conforme previsto em contrato, para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza pela equipe de terceirizados, tanto para a capital quanto para o interior.

04. Estudo para verificação das caixas coletoras de coleta seletiva em BH. (Prazo: Dez/2023)

Ação realizada. Em 2023 foi verificado se todas as instalações físicas do TRF6 possuem recipientes de coleta seletiva, e o resultado demonstrou que existem várias unidades que necessitam dos coletores.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Disponibilizar coletores da coleta seletiva para as unidades que não possuem.

Gráfico Contratos de limpeza TRF-6:



Elementos de despesa: 339037-02 - Conservação e Limpeza e 339037-05 - Copeiragem

Análise dos resultados de 2023:

Meta 09 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2023, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019), foi alcançada. Em 2023, houve redução de cerca de 5% em relação ao valor de 2019.

As repactuações foram realizadas observando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Realizar contratação de limpeza unificada para o Estado (por região geográfica) e Campanha para uso consciente dos itens fornecidos pela contratada.

TEMA 10 – VIGILÂNCIA

META 10 - Não aumentar os gastos com vigilância até 2026, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).

Ações propostas:

01. Contratação de vigilância unificada para o Estado. (Prazo: Dez/2022)

Ação realizada. O atual contrato de vigilância abrange 24 Subseções Judiciárias.

Gráficos Contratos de Vigilância TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 10 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com vigilância, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019), foi alcançada. Em 2023, ocorreu um aumento em relação à 2022, porém, não ultrapassou o estipulado pela meta, que é o valor de 2019.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Modernização dos controles de acesso ao Tribunal

TEMA 11 – TELEFONIA

META 11 – Manter o gasto com telefonia fixa desconsiderando repactuação (ano referência 2022).

Ações propostas:

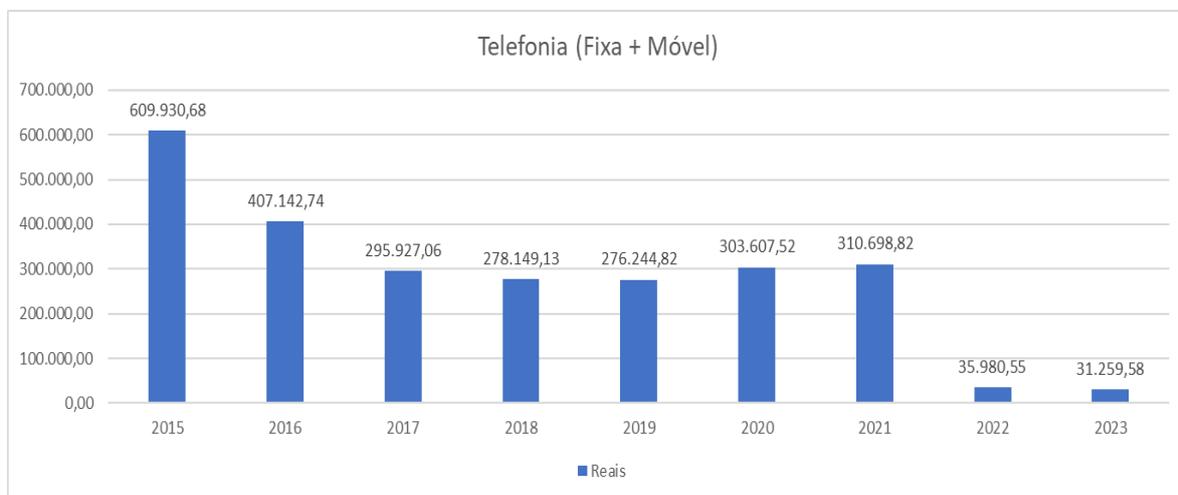
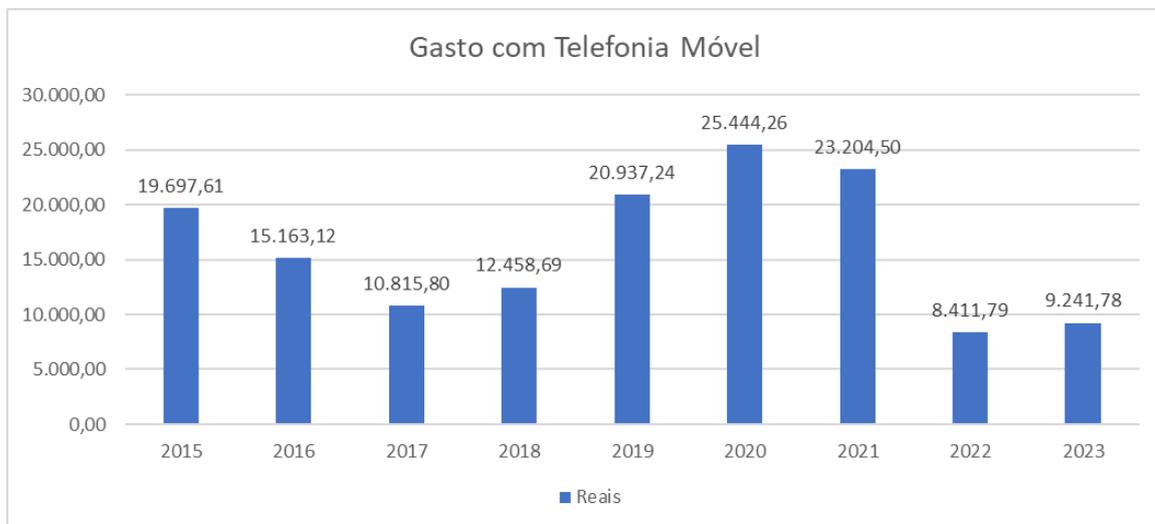
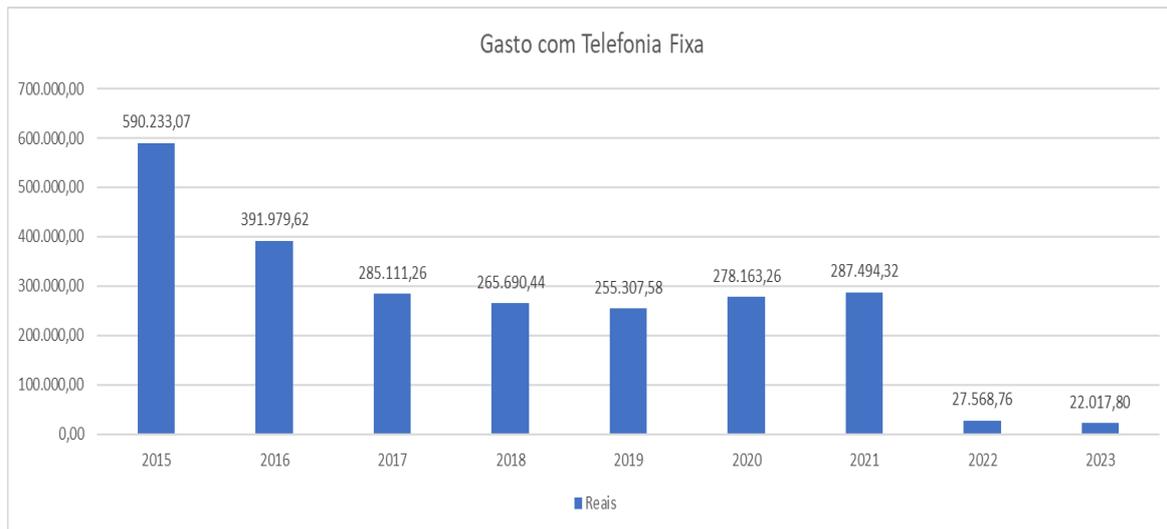
01. Estudo para substituição das centrais telefônicas analógicas por digitais nas Subseções e aquisição de aparelhos de telefone compatíveis com VoIP. (Prazo: Dez/2023).

Ação não realizada. Em 2021, foram adquiridos 300 novos aparelhos VOIP/NEC, que permitiram acomodação do novo leiaute do TRF6, proporcionando a migração da tecnologia analógica para tecnologia VoIP/NEC nos prédios sede da SSJBH em Belo Horizonte. Ainda não foi possível adquirir novos telefones compatíveis com VoIP para as Subseções Judiciárias.

02. Realizar ligações por celular utilizando a tecnologia VoIP

Ação não realizada. Consiste na implantação de software do tipo "softphone", para que as ligações feitas pelos celulares usem a rede VoIP da Justiça, reduzindo o custo da telefonia móvel. O serviço depende de um contrato de manutenção com a fabricante das centrais, que está vencido. A nova contratação está em fase de estudo pela SECTI.

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel TRF-6 2023:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 11 – Alcançada

A meta de manter o gasto de 2022 com telefonia fixa, foi alcançada com sucesso, ocorrendo uma significativa redução de cerca de 20%. A diminuição justifica-se pela migração da tecnologia analógica pela VoIP em 2021, cujos reflexos foram percebidos em 2022, bem como novo contrato, com valores reduzidos.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Estudo para ampliação da tecnologia VoIP para o interior.
- Realizar ligações por celular utilizando o VoIP

TEMA 12 – VEÍCULOS

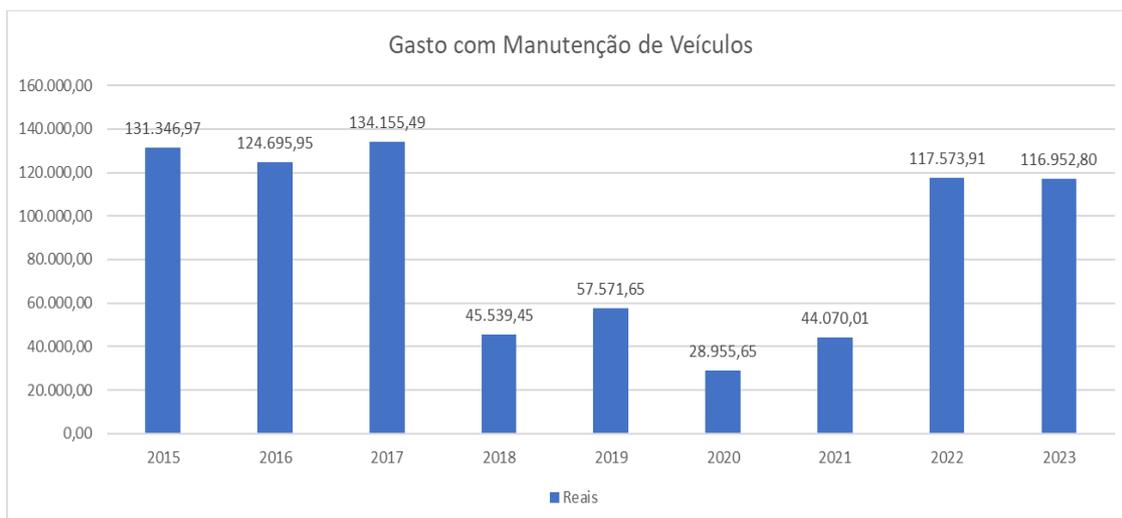
META 12 - Não ultrapassar o quantitativo da frota de veículos (ano referência 2022).

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível e manutenção da frota.

Ação realizada. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

Gráfico gasto com manutenção de veículos TRF-6:



Análise dos resultados de 2023:

Meta 12 – Não Alcançada

A meta de não ultrapassar a frota de veículos (ano referência 2022), não foi alcançada. Houve aumento de 2 (dois) veículos.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Aumentar o compartilhamento de carros.

TEMA 13 – COMBUSTÍVEL

META 13 - Aumentar a relação de consumo em litros de etanol/gasolina no mínimo em 30 p.p por ano até 2025.

Ações propostas:

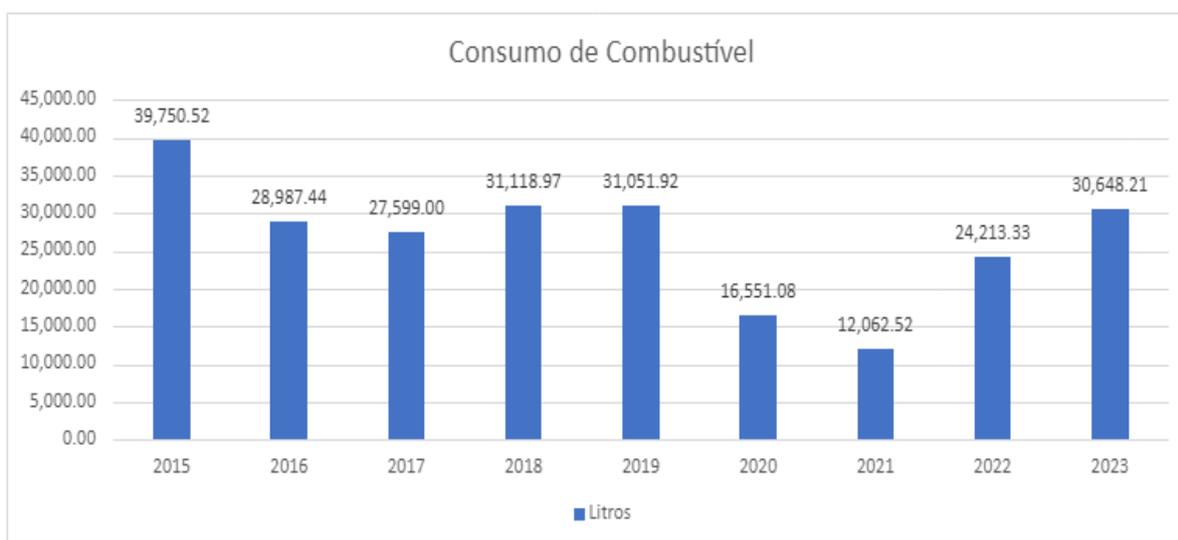
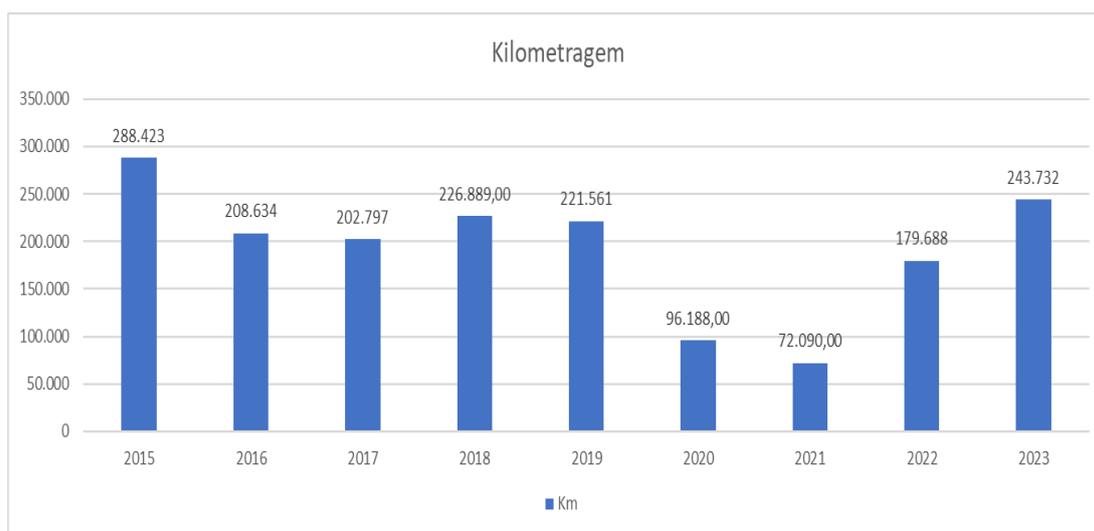
01. Priorizar o abastecimento dos veículos com etanol.

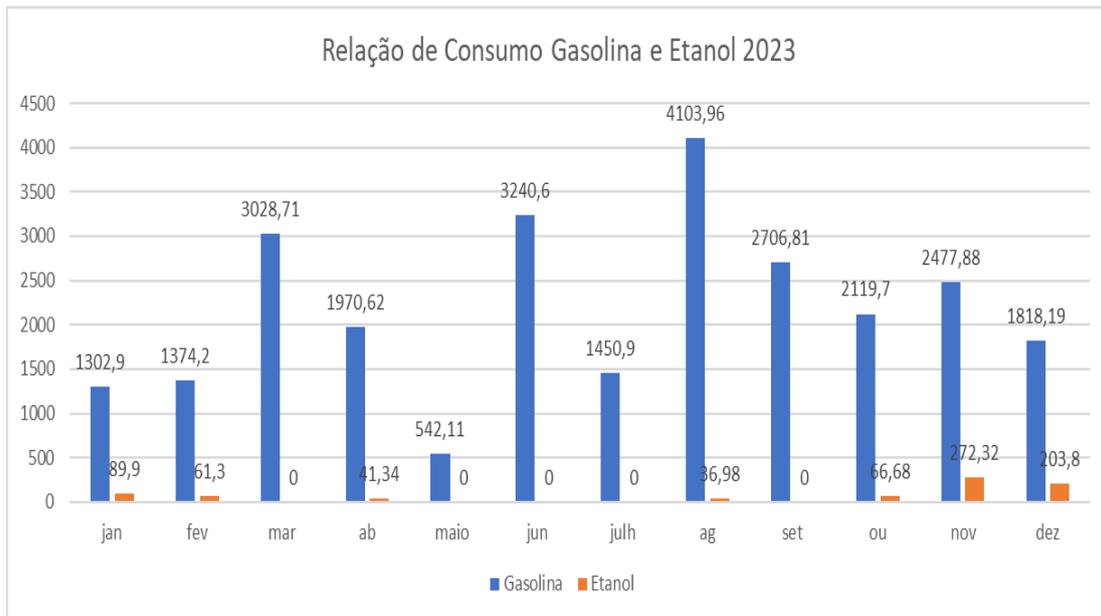
Ação contínua. O abastecimento com álcool deve ser realizado, sempre que possível. Para esse indicador, deve-se considerar os impactos ambientais decorrentes do uso e produção de combustíveis fósseis e sua relação com a crise climática. Quanto a emissão de gases

causadores do efeito estufa, estima-se que o etanol reduza em cerca 89% a quantidade de gases poluentes, se comparado a gasolina.

Gráficos Combustível TRF-6:

Os gráficos abaixo demonstram o resultado alcançado, ficando claro que em 2023 foi utilizado prioritariamente a gasolina em detrimento do etanol.





Análise dos resultados de 2023:

Meta 13 - Não alcançada

A meta de aumentar a relação de consumo etanol/gasolina em 30 pontos percentuais, não foi alcançada. Durante o ano de 2023, o consumo de etanol foi extremamente baixo, houve mês que o abastecimento foi exclusivamente com gasolina. Considerando que a frota de veículos é constituída por mais de 70% de veículos aptos a receber etanol, destacamos que as ações precisam ser aprimoradas.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

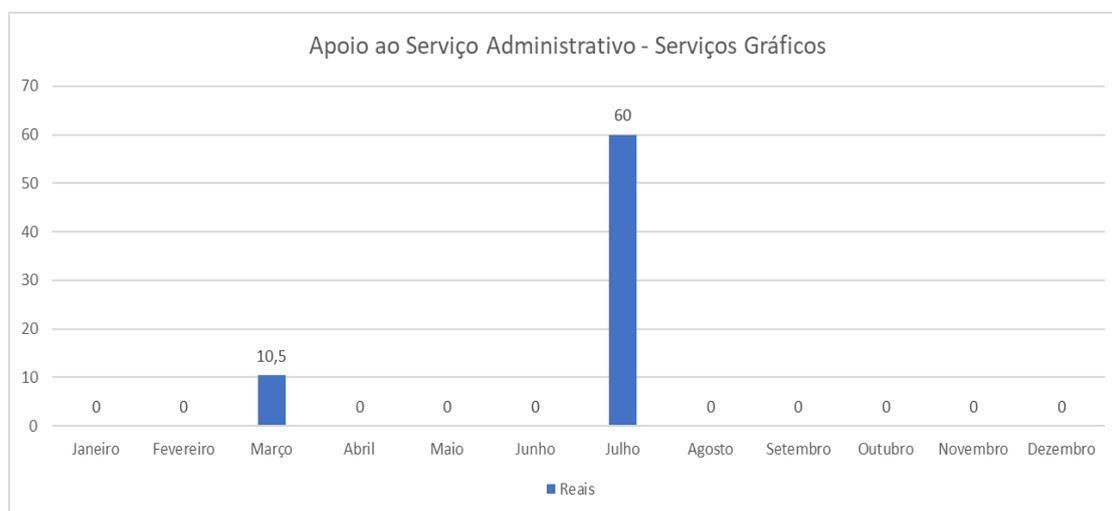
- Recomendação de abastecimento prioritário com etanol

TEMA 14- APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO- SERVIÇOS GRÁFICOS

META 14- Para este tema não foi estabelecida meta, visto que na 6ª Região não há contrato específico para a realização de serviços gráficos em geral, que acontecem de forma pontual e apenas sob demanda.

Definição: São as despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia.

Em 2022 foram gastos R\$ 293,70 reais, e em 2023, R\$70,50.



TEMA 15 - AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

META 15- Aumentar o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade de contratos para 50% até 2026.

Definições:

Aquisições e contratações realizadas: Número de contratos celebrados no ano base.

Aquisições e contratações sustentáveis realizadas: Quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade.

Análise dos resultados de 2023:

Meta 15 - Alcançada

Em 2022, foram celebrados 186 contratos, dentre os quais, 24 contratos com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade, demonstrando um percentual de 12,90% de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade. Já em 2023, foram 188 contratos celebrados, sendo 167 com critério de sustentabilidade, o que representa cerca de 88%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Realizar estudo para inclusão de critérios sociais nos contratos.

TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA

META 16 - Aumentar o percentual de participantes por ações de qualidade de vida em 5% ao ano, em relação ao ano anterior (referência 2019).

01. Disponibilizar serviços continuados da saúde (Prazo Dez. 2023)

- Serviço continuado de atendimento médico, odontológico e psicológico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

Ação realizada. Durante todo o ano é oferecido, de forma continuada, o serviço de atendimento médico a servidores e magistrados, para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

- Acompanhamento psicológico e administrativo direcionado aos servidores em licenças prolongadas para tratamento da própria saúde, superiores a 120 dias de afastamento no ano, por motivo de transtornos mentais e/ou comportamentais.

Ação realizada.

02. Promover ações de qualidade de vida

- Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho e ambientes laborais.

Ação realizada

- Promover ações de sensibilização do corpo funcional sobre ergonomia no trabalho e teletrabalho.

Ação realizada

- Promover a adaptação do posto de trabalho de servidores e/ou magistrados e/ou força de trabalho auxiliar portadores de necessidades especiais.

Ação realizada

- Identificar, por unidade administrativa ou judiciária, o mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições, ou aquisições de novos itens ergonômicos, conforme disponibilidade orçamentária da União.

Ação realizada

- Fomentar a ginástica laboral através do suporte aos servidores que atuam como multiplicadores e às varas/núcleos que não contam com a figura do multiplicador, para auxílio na implantação da prática.

Ação realizada

- Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde – EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores. Realizar o monitoramento dos casos de Covid-19 do corpo funcional.

Ação realizada

- Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Ação realizada

- Promover incentivo à prática de atividade física e às ações voltadas à alimentação saudável e à saúde mental. Promover ações com foco na promoção de saúde e

prevenção de doenças, como a campanha de vacinação contra a gripe influenza H1N1, com valores das doses quadrivalentes da vacina inferiores aos praticados no mercado.

Ação realizada

03. Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis (Prazo Dez.2023).

- Comemorar o Dia do Servidor, o Dia da Mulher, o Dia do Homem.

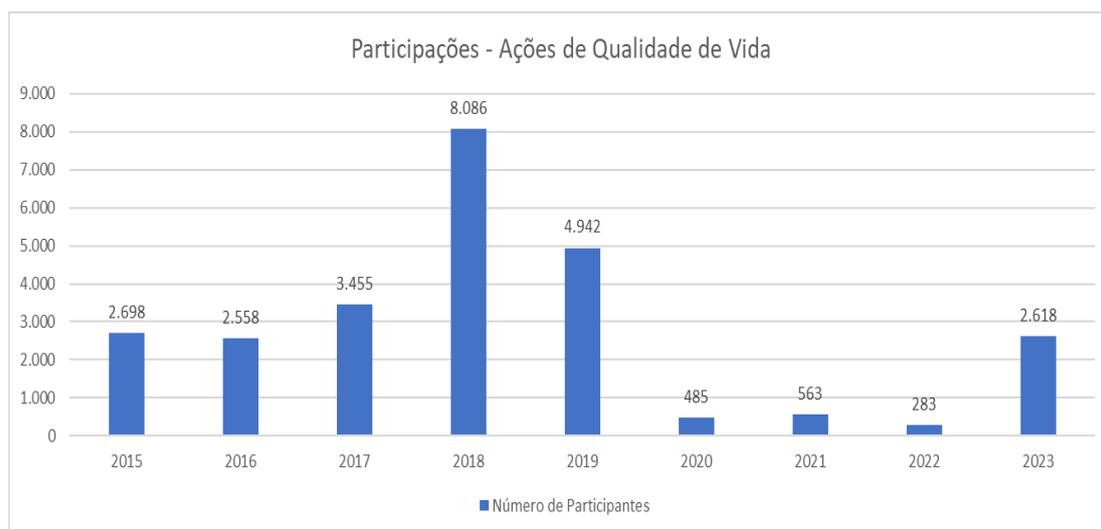
Ações realizadas.

04. Promover ações solidárias (Prazo Dez.2023)

- Dar continuidade às iniciativas do Programa Justiça Solidária – 5 Sentidos e Realizar a Confraternização de Natal dos Colaboradores Terceirizados do TRF-6.

Ações realizadas.

Gráfico Participação em Ações de Qualidade de Vida TRF-6 2023:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 16 – Alcançada

A meta de aumentar o percentual de participantes por ações de QVT em 5% ao ano (ano referência 2019), foi alcançada. Em 2019, a média de participantes por ação foi cerca de 61 participantes, em 2023 esse valor subiu para 93, o que representa um aumento de cerca de 34%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Manutenção das ações em saúde.

TEMA 17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

META 17 – Aumentar o número de Ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade em 10% ao ano (referência 2021) até 2026

Ações propostas:

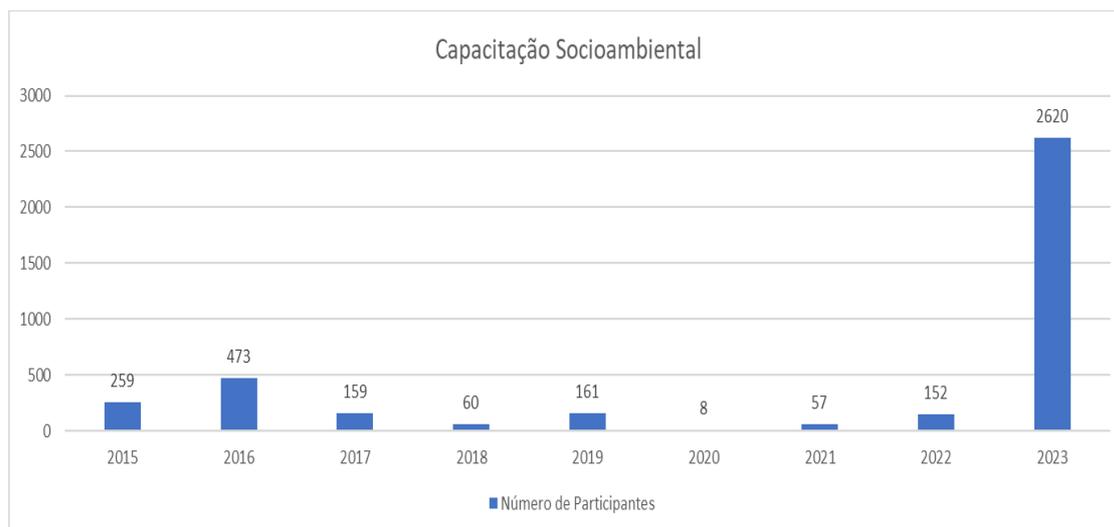
01. Promover ações de capacitação em sustentabilidade (Prazo Dez/2023).

Ação contínua. A sustentabilidade sempre permeou todas as ações de capacitação.

02. Realizar ação educacional sobre contratações e sustentabilidade (Prazo Dez/2024).

Ação não realizada em 2023, prevista para 2024.

Gráfico Participação em Ações de Capacitação Socioambiental TRF-6 2023



Análise dos resultados de 2023:

Meta 17 – Não Alcançada

A meta de aumentar as ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade em 10% ao, referência 2021, não foi alcançada. Em 2023, foram realizadas 8 ações, com 2.620 participantes, no entanto o número foi menor que em 2021.

É necessário o desenvolvimento de novas ações de capacitação com a temática socioambiental no TRF6, principalmente frente a difícil tarefa de mudar a cultura da instituição, pois o tema da sustentabilidade ainda não atinge grande parte do corpo funcional.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

- Realizar ações relativas à Sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises realizadas, verifica-se que o desempenho da Justiça Federal da 6ª Região é favorável. É possível afirmar que órgão está pautando sua gestão em critérios socioeconômicos e ambientais.

Cumprir destacar que somente 4 (quatro) metas não foram atingidas. Considerando a recente instalação do TRF6, vários ajustes são necessários, o que gera um cenário incerto, no entanto, com os dados coletados que refletem essa nova realidade, será possível realizar uma análise mais exata.

O Plano de Logística Sustentável é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública, o que possibilita uma administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma cultura na Justiça Federal da 6ª Região, pautada pela gestão de custos, consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.